



*Diálogo Ecumênico e
Inter-religioso pela
dignidade humana
na Amazônia*

Material de divulgação para diálogo e
articulação¹

A situação atual da Amazônia tem ganhado cada dia mais espaço de amplos setores na agenda global. A floresta é **fonte de vida** da sua população quanto à alimentação, cultura e regimes climáticos, que afetam diferentes tipos de cultivos. É também importante para o planeta como um todo. Entretanto, a degradação ambiental, econômica e social da região cresceu vertiginosamente e os incêndios de 2019 ampliaram o debate público internacional sobre o seu futuro as implicações ambientais, políticas, econômicas, geopolíticas e sociais.

A Amazônia engloba nove países de América Latina (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname) e tem uma área superior a 40% da América do Sul. Abriga uma **imensa biodiversidade**, sendo a maior floresta tropical do mundo, além de possuir um quinto de toda reserva de água doce do planeta, com seus 25 mil km de rios navegáveis. É **culturalmente diversa**, com cerca de 20 milhões de indígenas - vivendo em 400 comunidades, 60 das quais em isolamento voluntário - e comunidades afrodescendentes. Possui centenas de municípios, que abrigam cerca de 34,2 milhões de habitantes.

Tamanha riqueza tem sido alvo de interesses poderosos que, nas últimas décadas, ampliaram sua pressão ao implementar projetos econômicos de alto impacto socioambiental.



Ameaças: Exploração do Território, Espoliação e Fundamentalismos

O atual **modelo de desenvolvimento** tem sido um vetor de aprofundamento da **pobreza e das desigualdades** em comunidades rurais e urbanas, com particular impacto nos povos indígenas e comunidades negras. Com o fim dos ciclos de governos progressistas em alguns países, há uma retomada agressiva do “desenvolvimento a todo custo”, baseada no crescimento econômico promovido por governos facilitadores da economia extrativa. Com isso, acentua-se a violação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos.

Os **setores econômicos** em expansão na região da Pan-Amazônia e que agudizam as **desigualdades** são:



Em especial, no Brasil, Peru e Equador, e mais recentemente, em expansão às Guianas, Venezuela, Colômbia e Bolívia. Em 2016, foram 44.9 mil projetos de mineração na Amazônia brasileira, dos quais 17.5 mil estavam total ou parcialmente sobre territórios indígenas ou unidades de conservação. As atividades de mineração representam particular ameaça contra o povo Yanomami, uma vez que seu território vem sendo sistematicamente atacado por garimpeiros, afetando mais de 4 mil pessoas e expondo as mulheres indígenas à violência sexual. Populações quilombolas no Brasil também estão sendo seriamente afetadas por atividades de mineração, como é o caso das comunidades de Oriximiná, no Pará, que lidam com a contaminação da água de seu território, entre outras ameaças.



No segmento de hidrelétricas, sobretudo no Brasil, Equador e Peru. Das 272 usinas hidrelétricas planejadas, em construção ou em operação em 2020 na região, 78 se encontram no interior de territórios indígenas. O exemplo mais forte é a construção da usina de Belo Monte, no Brasil.



Petróleo



Na Venezuela e Bolívia, com expansão recente também ao Peru.



Projetos de Integração



Promovidos pela Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), que estrutura o continente para a extração de recursos naturais, seu transporte e exportação. Segundo RAISG (2017), dos 136.000 km de estradas mapeados na região, 20% estão sobrepostas às áreas naturais protegidas e territórios indígenas. Na Amazônia colombiana, 2.336 km das estradas terciárias estão localizadas dentro de áreas indígenas.



Os atores mais relevantes à frente dos investimentos no setor extrativista, que atuam sob critérios dos **fluxos de capital** e das **cadeias de valor**, vinculadas à demanda por commodities dos países do norte e da Ásia, são:

Atores Privados que priorizam a expansão da fronteira agrícola para a produção de agrocombustíveis e celulose.

Atores Públicos concentrados no setor de infraestrutura.

Atores Mistos (públicos e privados) especialmente relacionados aos setores de hidrocarbonetos, infraestrutura e mineração legal.

Atores Informais (ou ilegais) geralmente relacionados à mineração informal.



Foto: Bernardo Dias - Câmara Municipal de Belo Horizonte

Urgências e Emergências entre os Povos Indígenas e as Comunidades Afrodescendentes

Situação alarmante diz respeito aos povos indígenas em situação de **isolamento voluntário**. Apenas no Brasil, durante o mês de março de 2021, o desmatamento em terras indígenas desses povos cresceu 776%, assim como as invasões criminosas e os ataques. No Peru, o povo indígena Nahua, que vive em uma das zonas mais remotas da Amazônia, está sendo golpeado, desde 2018, por uma epidemia de **envenenamento por mercúrio**.

A impossibilidade dos países garantirem plenamente os direitos territoriais dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes e tradicionais, ameaça seus modos de vida e aumenta o risco de violências de toda sorte. Entre 2009 e 2018, o projeto Terra de Resistentes registrou 1179 atos de violência contra ativistas ambientais na América Latina, sendo 56% dessas ocorrências contra indivíduos de povos indígenas ou de comunidades afrodescendentes. O Brasil tem o maior número de ataques, sendo que metade deles ocorreu na Amazônia.

A chegada da **pandemia de Covid-19** na Amazônia, afetando primeiramente as populações urbanas e, de maneira brutal, as comunidades indígenas, desde o início alarmou pesquisadores e organizações locais indígenas e internacionais. Não é a primeira vez que as comunidades se veem enfrentando doenças trazidas por estrangeiros, e as situações anteriores sinalizaram os riscos de desaparecimento dos principais defensores da floresta. A **disseminação do vírus** nos territórios amazônicos foi impulsionada pela histórica falta de assistência, informação e condições adequadas de saneamento e serviços de saúde. No Peru, um dos países mais afetados, somente uma em cada quatro comunidades indígenas amazônicas tem **acesso à água potável pela rede pública** (Unicef). A ausência do estado nessa região também impõe **viagens de dias** para acessar qualquer serviço de saúde, aumentando os riscos de mortalidade por Covid-19, em comparação com outras regiões. Até o momento, a pandemia tem se alastrado por comunidades, há enormes deficiências quanto à vacinação e a ação nefasta de missionários fundamentalistas negando a ciência. Trata-se de mais uma ameaça à vida dos povos que, com as suas vidas, defendem a Amazônia.

“... entre ideias e realidades, hoje o termo Amazônia carrega em seu nome um alto valor simbólico que é disputado política e materialmente. Por um lado, como o lugar do meio ambiente, ecologia, povos indígenas, populações tradicionais, floresta, biodiversidade, preservação e sobrevivência. Mas, por outro lado, como o lugar também da exploração, da violência, da miséria, dos muitos problemas políticos, sociais e ambientais e de múltiplas demandas” (Investimentos predatórios e desigualdades na região amazônica, maio 2020).

Fé e Fundamentalismos na Amazônia

A Amazônia é espaço rico de crenças, mitos, encantarias, religiões, religiosidades, espiritualidades, experimentados na **diversidade das tradições** indígenas, dos povos das religiões de matriz africana das populações ribeirinhas e extrativistas. A estas se agregaram os grupos cristãos que chegaram na região ao longo dos séculos com a **perspectiva missionária** relacionada à colonização ibérica.

O **Sínodo da Amazônia**, convocado pelo Papa Francisco em outubro de 2019, imprimiu novas perspectivas a esta presença católica na região. No entanto, ainda há práticas tradicionais que mantem a perspectiva catequizante e negadora das culturas e tradições. As **igrejas evangélicas** têm presença diversificada na Amazônia a partir do século 20, desde as históricas, as pentecostais e as diferentes agências de missão, boa parte oriundas dos Estados Unidos. Nesta mescla cristã, incluem-se distintas organizações, instituições e projetos confessionais e ecumênicos, que passaram a atuar na região com propósitos diversos, proselitistas, assistencialistas e de defesa de direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O termo fundamentalismos se refere a práticas e discursos de intolerância e rechaço ao diálogo, que conformam *uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, de matriz religiosa, combinada com ações políticas resultantes dela, que debilitam os processos democráticos e os direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais e políticas de valorização da pluralidade*. Em 2020, o Fórum Ecumênico ACT América do Sul (Fesur) conduziu uma pesquisa sobre o avanço dos **fundamentalismos político-religiosos** e o estudo identificou discursos religiosos, seu uso na política e a sua identidade com valores difundidos pela ideologia neoliberal.



Nas últimas duas décadas, as organizações religiosas e não religiosas que atuam na defesa de direitos observam o avanço da presença de grupos e projetos classificados como fundamentalistas. Assim, as comunidades e o meio ambiente em toda região amazônica são alvos das ações políticas de matriz religiosa fundamentalista. Identificou-se que nos anos 2000 ampliaram-se as atividades destes grupos **fundamentalistas**, algumas delas atreladas às empresas do agronegócio, mineradoras, madeireiras, de garimpo e de especulação imobiliária, que buscam intervir em territórios dessas populações para implementar projetos de extração e exploração econômicos.

A associação entre **fundamentalismos e neoliberalismo** na Amazônia, se materializa em práticas políticas e econômicas de destruição, tendo efeitos muito além do discursivo. Um exemplo é o caso do Brasil, onde o presidente Jair Bolsonaro, eleito com amplo apoio de igrejas evangélicas neopentecostais e economistas neoliberais, cumpre com suas promessas de campanha de frear a demarcação de terras indígenas e ampliar a exploração econômica na Amazônia. Desde o início de seu governo, em janeiro de 2019, quase 20 mil quilômetros quadrados foram desmatados, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do (Inpe 2019). Por essas razões, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib, 2020) denuncia também o que intitulam uma **política de genocídio** por parte do governo brasileiro.

“Muito mais do que números, foram nossos pajés, nossas rezadeiras e rezadores, parteiras, anciões e anciãs, cacicas e caciques que partiram. Perdemos os nossos velhos que guardavam as lembranças da memória de nossa ancestralidade, guardiões do conhecimento, dos cantos, das rezas, da nossa espiritualidade. Lideranças que dedicaram suas vidas à luta pela defesa do território, da integridade e da existência física e cultural de seus povos. Sofremos em nosso luto por essa tragédia que atinge não somente nós, indígenas, mas toda a humanidade” (Relatório da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, dezembro de 2020).

“Existe a necessidade urgente de acesso e conservação de recursos produtivos essenciais (terra, água, florestas e biodiversidade) pelos povos indígenas e comunidades locais, para os quais os processos que afetam a região não são apenas uma questão de conservação da natureza, mas também de subsistência material e sobrevivência de seu ser social e cultural” (Investimentos predatórios e desigualdades na região amazônica, maio 2020).

Estratégias de Resposta e Intervenção

Uma **visão integral da Amazônia** considera a sua complexidade, heterogeneidade e suas dimensões regionais e internacionais. Respostas estratégicas a partir dessa visão devem estar ancoradas na **revalorização estratégica global** da Amazônia, em uma **participação efetiva da sociedade civil** produzindo alternativas de desenvolvimento, frente ao seu esgotamento físico-geográfico e humano e na construção de uma **agenda regional** de ações articuladas. Nesse contexto, é fundamental desenvolver:

Estratégia de Incidência...

que recolha experiências, fomente estratégias de ação que reconheçam as disputas pelos territórios, onde os poderes político e econômico se confundem na exploração dos recursos naturais, privando as comunidades tradicionais das florestas e do seu poder de decisão sobre suas próprias terras, recursos e vidas. Que tenha como objetivo pressionar os Estados para garantir aos povos e às comunidades ameaçadas, o acesso e controle sobre a terra e seus **bens comuns**. Que atue na garantia do acesso à saúde em tempos de pandemia; na defesa de **defensoras e defensores de Direitos Humanos e da natureza** ameaçados e contra as tentativas de criminalizar as lutas dos povos da Amazônia; denuncie a ação nefasta de missionários proselitistas que, como parte de um projeto fundamentalista econômico, social, cultural e religioso, aliado do agronegócio, buscam apoderar-se dos territórios; que considere as articulações entre as resistências no território e organizações especializadas em estratégias de denúncia e litigância internacional e aposte pelos marcos legais de proteção ambiental e de escuta de povos e comunidades tradicionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Plataformas de Resistência e Luta...

a partir da organização popular e da articulação entre movimentos sociais, movimento ecumênico, igrejas e acadêmicos, na defesa de direitos, preservação de culturas, e construção de alternativas locais na Amazônia. Este trabalho historicamente apoiado por organizações internacionais construiu uma rede de solidariedade e visibilidade das lutas dos “povos da floresta” e das populações marginalizadas nas crescentes e desordenadas cidades amazônicas. Esses grupos, alvo de violações de direitos promovidas por empresas do setor privado e pela ausência do setor público, devem ser reconhecidos como sujeitos centrais da importância global que a Amazônia tem hoje. No nível **Pan-Amazônico**, um exemplo importante de plataforma é o Foro Social Pan-Amazônico (Fospa), uma extensão territorial do Fórum Social Mundial, cujo principal objetivo é promover ações concretas de cuidado e defesa da Amazônia, rumo a uma “Pan-Amazônia governada por seu povo”. Além disso, reforçar as **articulações globais**, tais como o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Rainforest Investigations Network, e a Jornada Internacional de Lutas Anti-Imperialista.

Comunidades Ecoespirituais...

a partir da espiritualidade das populações amazônicas, que já tem sido trabalhada por teólogas e teólogos, no sentido de uma espiritualidade que perpassa as religiões e integra todas as dimensões da vida humana, em sua relação com o universo e nos diferentes sujeitos sociais. OBFs como Paz y Esperanza, Iglesias y Minería, e o Tierras Bajas do Instituto Superior Ecueménico Andino de Teología (Iseat) desenvolvem iniciativas nesta direção. Estas experiências apontam para a importância de se reforçar os projetos que já existem e de estimular a criação de novas experiências. Promover **cursos de capacitação para o cuidado e os direitos do meio ambiente** e toda a sua amplitude tendo como público comunidades de fé para que as igrejas e outros grupos religiosos possam ir além das questões emergenciais (queimadas, inundações, covid-19) e compreender a amplitude da luta. É preciso formar lideranças e pessoas das bases dos diferentes grupos religiosos para a defesa das culturas e sensibilização frente às disputas ambientais, para que compreendam a urgência de um desenvolvimento sustentável da terra e sua relação com o sagrado.

Ecumenismo mais Amplo...

além da institucionalidade das igrejas e que atue em alianças. Um ecumenismo mais amplo passará pela articulação com os movimentos populares e suas lideranças e por uma atuação conjunta e em parcerias. É importante colocar ao centro a **voz profética das comunidades na região** , organizadas para a **ação coletiva** , em redes e articulações na luta por direitos, destacando suas resistências e propostas de alternativas. Nesse sentido, o trabalho com redes regionais e globais deve ser considerado como espaços de ressonância da voz das comunidades.

Para esse objetivo ganha especial importância reforçar e ampliar as políticas de cooperação internacional de igrejas e organizações ecumênicas. É preciso avaliar conjuntamente, com as agências ecumênicas, suas políticas e presença na região, à luz das degradações impostas pelo fundamentalismo político-religioso, como um aspecto importante para esta reconfiguração do movimento ecumênico. Para tanto, é urgente aprofundar o conhecimento e o mapeamento das expressões do **fundamentalismo** e o uso das religiões pelas grandes corporações de mineração e agronegócio. É imprescindível conhecer as suas estratégias, linguagens e as alianças.

Estratégias de Comunicação e Construção de Novas Narrativas...

a partir de um esforço conjunto entre OBFs e movimentos sociais amazônicos. Elaborar materiais populares que apoiem no enfrentamento aos fundamentalismos, promovendo uma leitura libertadora da Bíblia, recorrendo a uma teologia contextual que responda aos desafios da região, apoie o combate a pandemia e trate com centralidade o cuidado com o meio ambiente. A Coalizão Evangélica pela Justiça Climática na América Latina está atuando nesta direção, na produção de cartilhas sobre a covid-19. É estratégico para isso estabelecer parcerias com universidades para desenvolver uma renovada **narrativa** , a partir de informações dos territórios e questões socioambientais, produzidas por organizações locais e por redes e articulações locais, nacionais, regional e global. Nesse sentido será importante fortalecer o **Portal do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso pela Amazônia** , lançado em 2020 por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Creas, ambos parte da Aliança ACT, como uma iniciativa que visa fortalecer iniciativas ecumênicas e inter-religiosas pela dignidade humana no Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru, promovendo análises compartilhadas e ações conjuntas. Multiplicação e capilaridade de **campanhas ecumênicas** , como a **"Somos Amazônia"** que, campanha endossada por mais de 130 igrejas e organizações baseadas na fé em todo o mundo e apoiadas por dezenas de organizações ecumênicas na América Latina, África, Europa, América do Norte e Ásia em 2019 realizando vigílias ecumênicas pela Amazônia, além de promover solidariedade ao Sínodo da Amazônia.

Marco para um Futuro Impacto

O diagnóstico da região coloca uma importante questão para definição de impacto: **impacto para que?** O impacto que se quer atingir na Amazônia não é na direção de levar desenvolvimento a região e suas comunidades, mas considerar o impacto da ação solidária de garantia de direitos e de proteção do território, frente ao próprio ideal o desenvolvimento predatório. Um novo referencial de impacto transformador para a Amazônia deve ser identificado pelas mudanças profundas, duradouras e inclusivas para a floresta e todos os povos que nela vivem e que considera, como referencial, as **cosm visões das comunidades** que na floresta vivem e que são suas guardiãs.

Intervenções de impacto são as que se alinham com os objetivos e anseios das populações locais. A pergunta não é o que as comunidades poderiam fazer a partir de uma dada intervenção, mas sim o que eles já estão fazendo em defesa de seus modos de vida e da floresta.



Para um impacto positivo nesse sentido, os pilares devem ser:

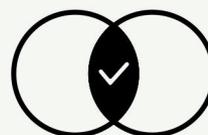
Comunicação Efetiva

Regular, direta, objetiva e baseada em relações de confiança.



Compartilhar Valores Comuns

Compreensão dos valores de cada parte envolvida, com o compromisso mútuo de compartilhar objetivos e comportamentos responsáveis um em direção ao outro.



Compromisso de Longo Prazo

Comprometer-se além do período de execução de um projeto específico e acompanhar os desafios e avanços em uma dada comunidade ou organização.



Transparência

Comunicar expectativas e objetivos para gestão de relações transparentes. A transparência na gestão e na captação de recursos também é essencial para equilibrar as relações de poder.



Aprendizados Compartilhados

Uma gestão ativa do conhecimento é importante para que conhecimentos tácitos de um grupo de pessoas e/ou organizações se torne conhecimento explícito e, portanto, compartilhável.



Atuação Contextual

Conhecer profundamente o contexto local e atualizar leituras a partir de novos atores e da escuta ativa das comunidades e organizações locais.



Ferramenta de Planejamento para Impacto Futuro

A coluna da esquerda identifica as **boas práticas** de como atuar na região, começando com experiências **locais transformadoras**, passando por **ações conjuntas e coordenadas**, e culminando na **sustentação de plataformas ecumênicas**. O **cruzamento entre boas práticas e os temas chaves** é o que permite avaliar o impacto possível. Como se trabalha e no que se trabalha devem ser entendidos de forma combinada nessa ferramenta de análise de impacto. Respondendo à pergunta, onde está minha organização neste quadro é possível avaliar o impacto considerando as necessidades da região. A **combinação entre os diferentes níveis** (primeira, segunda e terceira linha) ajuda a visualizar a ampliação da escala e amplitude da ação.

Para que uma ferramenta seja útil, deve permitir considerar a combinação de temas e boas práticas, provocando assim debates importantes no interior de organizações dispostas a refletir e planejar seu impacto como parte do **compromisso na defesa radical do futuro da floresta e seus povos**.

| | Temas chaves para Amazônia | Direito à Terra | Direito dos Povos Amazônicos | Resistência a Megaprojetos | Defensores de Direitos Humanos | Fundamentalismos | Justiça Climática |
|--|----------------------------|-----------------|------------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|
| | | Boas Práticas | | | | | |
| Experiências Locais Transformadoras ↓ | | | | | | | |
| Ações Conjuntas e Coordenadas ↓ | | | | | | | |
| Plataformas Ecumênicas | | | | | | | |

Boas Práticas

Experiências Locais Transformadoras:

Refere-se à **qualidade da intervenção** de uma dada organização (Igreja, OBF, Pastoral, ONGs etc.). Tanto o que pode significar e o que se quer como exemplos de boas práticas são definidos em **diálogo** com a comunidade onde essa atividade/metodologia/ estratégia será desenvolvida.

Ações Conjuntas e Coordenadas:

É o segundo grupo de boas práticas que se destaca por **intervenções articuladas** entre mais de uma organização e/ou entre mais de um país amazônico (**caráter regional**), que apostam pela complementariedade em torno a objetivos comuns. Podem ser campanhas, projetos ou iniciativas que pretendem coordenar agendas temáticas, áreas geográficas de atuação e experiências dos atores envolvidos.

Plataformas Ecumênicas:

Desafios complexos como os da Amazônia devem ser respondidos com **compartilhamento de custos, riscos e soluções**. O investimento de uma organização em redes permanentes e alianças, a partir de **lógicas de complementariedade**, traz uma série de benefícios desde a **eficiência** até à **relevância**. A **constituição de alianças** permanentes é uma prática importante em uma região tão diversa, sejam novas plataformas e redes ecumênicas ou no reforço as atuais. Essas plataformas podem ser de âmbito local, regional e global.

Fontes

Relatório “Investimentos predatórios e desigualdades na região amazônica” – Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), Centro de Estudios y Documentación Latinoamericano (Cedla), Instituto de Estudios Socioeconômicos (Inesc), Leonardo Godoy e Rosana Miranda (Christian Aid). 2020. Mimeo.

SÍNODO AMAZÔNICO, 2019. Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para a ecologia integral. Vaticano. Disponível em: <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-preparatorio.html>

CUNHA, M.N. 2021. Fundamentalismos, crisis de la democracia y amenaza a los derechos humanos en América del Sur. Fesur.

CUNHA, M. N. 2021. Mapeamento da atuação de igrejas, organizações e redes ecumênicas/inter-religiosas pela Amazônia: Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil. Mimeo

LUZ, M.M. 2020. La creación gime desde la Amazonia. (ALC 09-2020)

Somos Amazônia | KOINONIA (kn.org.br)

LUZ, M.M e Roure, S. 2021. Fortalecimento do diálogo ecumênico e inter-religioso pela dignidade humana na Amazônia em Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil um marco de impacto para avaliação do trabalho futuro de diálogo ecumênico na Amazônia (Peru, Colômbia, Bolívia e Brasil) - Mimeo.

Este documento foi elaborado por Mara Luz e Sarah de Roure, desenvolvido nos marcos da conclusão do projeto apoiado por Christian Aid e coordenado por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, que pretende oferecer pistas estratégicas para o fortalecimento do trabalho ecumênico na Amazônia, explorando no contexto latino-americano as capacidades e possibilidades inerentes à posição das igrejas e organizações baseadas na fé (OBFs) e construindo um marco de impacto para avaliação do trabalho futuro de diálogo ecumênico na Amazônia, que se baseia na identificação de boas práticas, focadas no fortalecimento de ações conjuntas e no reforço às articulações ecumênicas nos âmbitos local, regional e internacional.



Foto e foto de capa: Banco de Imagens/Canva

Realização:

